

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.878 - PA
(2018/0284041-0)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : SABUGY MADEIRAS LTDA
ADVOGADO : SIDNEY CAMPOS GOMES E OUTRO(S) - PA010087
EMBARGADO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FINALIDADE. REEXAME DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela SABUGY MADEIRAS LTDA. em face de decisão de minha lavra assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEIO AMBIENTE. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

A embargante aduz, em síntese, que: a) não há no presente caso a incidência da Súmula 126/STJ, pois não há fundamento constitucional suficiente de *per si* para a manutenção do acórdão recorrido; e b) o objeto do apelo extremo é de índole eminentemente infraconstitucional, porquanto se restringe às hipóteses de apreensão ou não e/ou decretação ou não de perdimento de bens pelo órgão ambiental em virtude de sua fabricação lícita e/ou serem ou não considerados como instrumentos de crime.

Houve impugnação.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*”.

Os embargos de declaração - como recurso de fundamentação vinculada que é - tem por fim a integração do pronunciamento judicial, de forma a sanar possível obscuridade, contradição ou omissão de algum ponto do julgado, quando tais vícios estejam aptos a comprometer a verdade e os fatos postos nos autos.

Ocorre que a decisão embargada resolveu a controvérsia de forma clara, adequada e suficiente ao consignar que *Tribunal de origem solucionou a questão não só à luz de normas infraconstitucionais, mas também fazendo referência expressa a dispositivo constitucional, o que reclama do sucumbente a interposição do recurso*

extraordinário para o debate do fundamento constitucional.

Infere-se das razões dos aclaratórios a nítida pretensão da parte embargante de provocar o rejugamento da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC/2015, não é compatível com o recurso protocolado.

Não havendo omissão, obscuridade ou contradição, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

